



Sociólogos de laboratório: reflexão sobre os efeitos do isolamento social no fazer sociológico¹

Tiago Magaldi²

Resumo: Neste ensaio tomo por tema geral os impactos da pandemia no fazer sociológico, focando particularmente nas consequências do confinamento dos próprios sociólogos. Desenvolvo dois pontos: no nível dos sociólogos, a tendência à cristalização da distância social anterior à pandemia, posto esta pandemia sustar, em grande medida, a troca de experiências entre pesquisadores e pesquisados, tendência esta que pode ter efeitos epistemológicos; o segundo ponto se refere às possibilidades abertas pela situação de “momento crítico” (terminologia dada pela sociologia pragmatista francesa) que vivemos, que exige dos agentes sociais não só uma investigação acerca dos pressupostos normativos da situação interrompida, como também os obriga a formular novas maneiras de estar no e ver o mundo no qual se percebem.

Palavras-Chave: Sociólogos. Isolamento social. Experiência. Desigualdades. Momento crítico.

Laboratory sociologists: on the effects of the social isolation on the sociological activity

Abstract: In this essay I take as general issue the impacts of the pandemic situation on the sociological activity, focusing on the consequences of the confinement of the sociologists themselves. I develop two points: on the level of the sociologists, the tendency to the crystallization of social distance, as the pandemic suspends, in great measure, the exchange of experiences between researchers and the people being researched, tendency that might have epistemological effects; the second point refers to the possibilities opened by the “critical moment” situation (terminology given by the French pragmatist sociology) in that we live in today, which demands of the social agents not only an investigation on the normative presuppositions of the interrupted situation, but also forces them to formulate new ways of being and seeing the world they perceive themselves to be a part of.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Doutorando em Sociologia no PPGS-UFSCar, São Carlos – SP, Brasil. Membro do Laboratório de Estudos do Trabalho e Mobilidades (LEST-M). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7498-0492>. E-mail para contato: tmgranato@gmail.com.



Keywords: Sociologists. Social isolation. Experience. Inequalities. Critical moment.

Luc Boltanski (2012) afirma que o fazer científico só é possível na medida da possibilidade do cientista se colocar em uma posição de exterioridade àquilo que é pesquisado, ao seu objeto, de modo que não seja pessoalmente afetado pelo seu movimento. Ao conjugar essa posição com o método científico torna-se possível “fazer ciência”, isto é, engajar-se na atividade de descrição e análise daquilo que é, teoricamente, exterior ao cientista, e isto a partir de um “laboratório”, fora do qual o sociólogo – cientista que nos interessa aqui particularmente – seria um agente social como tantos outros, participante ativo nos consensos e conflitos de seu cotidiano (BOLTANSKI, 2012, p.20). No atual momento de pandemia, a imensa maioria dos pesquisadores se vê subitamente confinada nos espaços físicos instrumentalizados enquanto nossos “laboratórios”. A intensidade face-a-face de nosso cotidiano diminui drasticamente, e passamos a lidar com o mundo nos termos de uma exterioridade radical, se comparada à situação anterior. Portanto, creio ser o momento propício para ensaiar uma reflexão acerca dos impactos que uma exterioridade radicalizada pode ter no fazer científico da sociologia – exterioridade esta que não começou em função da crise sanitária, nem terminará com ela, fato que justifica uma reflexão a seu respeito. Sociologia da ciência não é um campo ao qual particularmente dedico esforço intelectual; mas estou convencido de que o momento exige que todos invistamos energia no tema, e mesmo a reflexão ainda pouco controlada pode contribuir. É neste espírito que desenvolvo o tema.

É razoável considerar que os cientistas sociais aderiram ao isolamento quase em sua totalidade, seja em função da participação na comunidade científica, que nos faz levar mais a sério os prognósticos sombrios dos colegas das ciências biológicas, seja pelo massivo antagonismo da comunidade acadêmica de Humanidades ao atual governo federal. Como ocorre com muitos outros profissionais, tal fato impôs novas condições de trabalho; mas àqueles cujo ofício é justamente investigar o social o “novo normal” trouxe dificuldades particulares. Pretendo desenvolver aqui o argumento de que a firme adesão ao isolamento social tende a reforçar a clivagem social e ideológica que insula os cientistas sociais de outras sociabilidades que eles têm por objetivo profissional compreender. É marcadamente uma reflexão para “uso próprio”, pois me encontrava então no momento de retornar ao campo após a escrita do texto de qualificação de doutorado, e subitamente me vi, em função da convicção no perigo real que o novo coronavírus representa, impossibilitado de fazê-lo. Não obstante, a temática foi escolhida porque, creio, também permite um vislumbre sobre como a posição do intelectual pode influenciar a representação do real que ele constrói e sobre a qual reflete.

A noção de exterioridade é particularmente importante para os variados



pesquisadores do social, uma vez que investigamos algo do qual também fazemos parte, independentemente do “recorte” específico do objeto com que trabalhemos. Sociólogos políticos estão envolvidos em jogos de poder, por menores que sejam; sociólogos do trabalho são tão trabalhadores quanto os seus sujeitos de pesquisa; sociólogos urbanos experimentam as cidades tanto quanto seus etnografados, e assim por diante. Enquanto cientistas do social, vivemos simultaneamente no interior e no exterior do mundo reconstruído que investigamos³; temos de lidar frequentemente, em nosso cotidiano, com aquilo que tematizamos analiticamente em nossos “laboratórios”. E é isso, a meu ver, que permite a produção da melhor ciência social: não a “compilação puramente teórica”, “professoral” e bem arranjada de conceitos, de grande persuasão lógica – do tipo que Bourdieu (2009, p.24) criticava duramente –, mas a confecção particularizada de categorias finamente adequadas às descrições empíricas produzidas, confecção esta que exige do autor *familiaridade* com o objeto pesquisado, e *eloquência* para costurar os diferentes aspectos da problemática em uma totalidade coerente em si mesma.

Em muitos casos, a pandemia sustou os principais procedimentos de produção dessa familiaridade: entrevistas presenciais deixaram de ser feitas, etnografias e observações foram interrompidas. Para a sociologia do trabalho, tema ao qual me dedico e sobre o qual escrevo com mais propriedade, o momento se mostrou particularmente dramático: a interrupção das atividades econômicas conjugada com o risco de contaminação proporcionado pelas aglomerações de pessoas praticamente impediu qualquer atividade de campo “tradicional” (aqui no sentido de “não virtual”) significativa. Isto não significa que a atividade científica tenha sido interrompida. De nossos “laboratórios” domésticos, coletamos dados, realizamos análises, produzimos artigos e participamos de seminários virtuais. Desde o momento em que se percebeu ser a situação presente mais duradoura do que se imaginava em média, tem havido uma profusão de “lives”, com a contribuição assídua de sociólogos, cientistas políticos e antropólogos para o debate público. Mas, por seguirem o formato acadêmico, e serem divulgadas para este mesmo público, tais atividades não parecem ter o condão de chocar nossa experiência do mundo, choque este necessário para a compreensão do Outro social: vejo-os como canais que interligam os distintos “laboratórios”, agora individualizados, como antes o eram os seminários e congressos acadêmicos da área.

Note-se que não se trata aqui de criticar tais tipos de encontro, em seu formato pré-pandemia, físicos, ou os que têm ocorrido hoje, virtuais – debates regulares entre colegas de área são necessários para a consolidação, complexificação e avanço da sociologia, como dizia, acertadamente, C. Wright Mills⁴ –, mas sim de afirmar que o contexto pandêmico tende a cristalizar

³ Agradeço a Ramon Chaves pela apresentação desta ideia, por cujo desenvolvimento assumo inteira responsabilidade.

⁴ “Um intercâmbio corrente, informal, dessas revisões do ‘estado de meus problemas’ entre cientistas sociais ativos é, eu sugiro, a única base para uma descrição adequada dos ‘principais problemas da



a distância entre os agentes que produzem conhecimento sociológico de ponta, em toda a sua complexidade (necessária, frise-se), e o debate público amplo, na medida em que, primeiramente, susta enormemente a inserção dos pesquisadores em seus campos de pesquisa, reforçando neles a tendência a um ensimesmamento profissional: nossas atividades intelectuais passam a se dar cada vez mais exclusivamente *dentre e para* os pares. Ao suspender interações que propiciam certas *experiências* aos pesquisadores e aos pesquisados, confinando a ciência produzida pelos primeiros às reflexões “de laboratório”, o isolamento social ganha também dimensões gnosiológicas. O presente texto, por exemplo, não deixa de ser resultado direto disto.

Em segundo lugar, é razoável supor que a experiência do isolamento seja bastante diferente conforme a posição na estrutura de distribuição de bens na qual os indivíduos se encontrem, que pode ser tomada como indicador de uma série de desigualdades particularmente importantes em momentos de pandemia – como o local de moradia e, sobretudo, a estabilidade de renda. Segundo Lima (2019, p.9), em 2014 a remuneração mensal média de cientistas políticos, sociólogos e antropólogos vinculados a universidades estava acima de dez mil reais – o que os colocaria, hoje, certamente, dentre os 10% mais ricos da população brasileira (OXFAM, 2017). E, embora, segundos dados recentes, a profissão de professor universitário não seja a que agrega a maior parte dos cientistas sociais diplomados (BALTAR; BALTAR, 2017, p.272), é esta a responsável por grande parte da produção científica nacional na área das ciências sociais. Isto reforça a importância da experiência da diferença, tão característica do trabalho de campo, na necessária reflexão sobre os condicionamentos de classe que inevitavelmente transbordam para as análises – tomando-se aqui, obviamente, o pressuposto de que todo agente social é, de algum modo, moldado conforme a posição de classe que ocupa, e mesmo que não utilizemos uma versão forte, determinista, desse pressuposto. Professores universitários vinculados a universidades públicas possuem não só altos salários relativamente à imensa maioria da população brasileira, como também sua atividade é protegida por um “bem” cada vez mais raro nas relações de trabalho em todo mundo, e ainda mais fortemente no Brasil: a “estabilidade”, garantia de continuidade indeterminada da relação de trabalho, uma vez iniciada.

Recorro à sociologia do trabalho para esclarecer meu ponto. É lugar-comum sociológico afirmar que a desigualdade é uma das marcas da sociabilidade brasileira. Sociólogos do trabalho brasileiros, em grande parte, a tratam enquanto pressuposto morfológico: veem o mundo através da clivagem empregadores/ empregados (formais ou informais), no qual os primeiros comporiam o polo privilegiado da relação desigual, restando aos segundos as agruras de uma posição subalterna. É possível destacar também um pressuposto quanto à ação social: o de que o seu principal motor seriam os

ciência social” (MILLS, 2009, p.24-5).



interesses dos agentes, pressuposto este que se desdobra em uma concepção segundo a qual existiria um *continuum* de ações possíveis situado entre dois extremos de autoesclarecimento: em um deles, os agentes estariam plenamente conscientes da realidade de seus interesses, e agiriam os tendo por fim; de outro, os agentes estariam completamente alheios a estes interesses, deixando de tematizá-los e, em decorrência disso, tornar-se-iam objetos passivos da realização do interesse de outrem, a saber, seus empregadores. Desse ponto de vista, a dinâmica social da atividade de trabalhar interessaria sobretudo no eixo dos interesses, expressão política da clivagem estrutural da sociedade capitalista entre os que compram força de trabalho e os que a vendem. Ambos os extremos do *continuum* constituiriam o objeto da vontade de saber dos pesquisadores do trabalho que adotam essa perspectiva: o primeiro, em função da projeção no real de seu próprio norte político-normativo: o momento da “consciência de classe” pelos trabalhadores; o segundo, enquanto *denúncia*: a crítica da “exploração” por parte dos pesquisadores esclarecidos.

Há, de outro lado, uma vertente da sociologia do trabalho que vêm buscando movimentar-se em outros eixos. A um deles foi dado o nome de “cultura” (LIMA, 2010), sob o qual se busca destacar a produção de sociabilidades e identidades sociais a partir da própria experiência do trabalho, mais que a *estrutura* que supostamente a conformaria (origem, por outro lado, da formação de interesses e do conflito interclasses). Tematiza-se, aqui, antes a percepção dos trabalhadores e a sua produção subjetiva própria sobre o seu cotidiano e sua atividade laboral do que a produção de interesses derivados de determinadas estruturas “objetivas” de exploração e dominação. Lembro aqui Cardoso (2019, p.422 – grifo do autor), quando, analisando a percepção da desigualdade brasileira, diz que “O mundo dos muito ricos [percebido pelos mais pobres] é, num sentido profundo, *outro mundo*”. O argumento pode ser simetricamente invertido: o mundo dos muito pobres é, *para os mais ricos*, num sentido profundo, outro mundo. E, dada a posição na distribuição de renda dos sociólogos profissionais institucionalizados, é, em certo sentido, a reconstrução desse outro mundo a tarefa permanente da sociologia do trabalho brasileira.

Enquanto o eixo dos “interesses” permite um diálogo universal, dada a sua “transparência”, que pode ser reduzida a um utilitarismo (mais salário = maior bem; mais estabilidade = maior bem, e assim por diante), o eixo da “cultura” põe o pesquisador diante da *opacidade* da experiência social dos agentes, e que exige do intelectual uma autorreflexão sobre os limites de sua identificação com os sujeitos pesquisados: até que ponto a unidade de interesse entre “nós” e “eles” não é um “mal-entendido mais ou menos consciente”, como colocou, novamente, Bourdieu (2009, p. 153), um expediente “bem intencionado” que outorga ao intelectual não experimentado no mundo do outro a capacidade de falar em nome de seus interesses?

Note-se que não tenciono conceder privilégio epistemológico a



qualquer das perspectivas apresentadas aqui; certamente, interesses *existem*, são verdadeiros; e certamente diferenças culturais também, bem como experimenta-se diferentemente a vida, de múltiplas e variadas formas. Mas, se admitimos que 1) a sociedade brasileira é desigual em muitas dimensões, e que isso implica na produção de modos de vida bastante diferentes; 2) que os profissionais do autoconhecimento social sobre o trabalho, em regra, partilham de uma socialização pessoal e profissional diferente da de seus pesquisados, constituindo grupos substancialmente diferentes em seus capitais, econômicos ou não; 3) que o desenrolar da presente pandemia contribui na cristalização da diferença dos modos de vida produzidos no interior das diferentes classes; então ficará clara a importância de uma reflexão autocrítica no interior de nossa produção “confinada”: paralelamente às nossas investigações usuais, dentro dos temas nos quais nos especializamos, precisamos também acionar certo “freio autocrítico”, uma vez cientes da tendência, em condições de isolamento, a retirar ao Outro a complexidade de sua inserção social, empobrecendo ainda mais o inevitável recorte objetificante que realizamos para tornar viáveis nossas pesquisas.

Até aqui desenvolvi uma reflexão (auto)crítica sobre os caminhos que a produção sociológica pode seguir diante da presente pandemia, com uma nota de amargor normativo, de reforço da imensa desigualdade social brasileira e de um empobrecimento da produção sociológica pela impossibilidade de experimentar o Outro no contexto da pandemia: uma *restrição*. Desenvolverei agora um argumento de sabor “positivo”, sobre as possibilidades abertas por este contexto.

É conhecida a importância que a sociologia pragmatista francesa dá aos “momentos críticos” do social, isto é, às situações nas quais “os atores (re)experimentam e (re)definem a si próprios, os outros e o mundo” (CORREA; DIAS, 2016, p.83). São aqueles nos quais temos que requalificar as grandezas do mundo ao nosso redor, de modo a que possamos saber como agir legitimamente. Por exemplo, quando um funcionário que trabalha em uma empresa por décadas, e se identifica com ela, é demitido, ele precisa reconstruir para si uma nova qualificação do mundo, na qual o trabalho em sua agora ex-empresa deixará de ser avaliado da mesma forma que antes – seu chefe talvez deixe de lhe parecer magnânimo, e a relação com os ex-colegas talvez não lhe pareçam mais tão solidárias; ou, por outro lado, pode rebaixar a si mesmo, diminuindo o valor que imaginava ter: talvez ele não fosse realmente merecedor da posição que ocupava, e a nova situação seja mais justa... pode, ainda, questionar radicalmente os próprios critérios pelos quais julgava sua empresa e sua posição, e concluir que, no final das contas, nada daquilo tinha valor. De qualquer maneira, é neste momento de incerteza, que obriga os agentes a produzir mensurações e justificações, a adaptar ou construir uma nova visão de mundo, que é possível notar aquilo que é pertinente na interação: “O social é, nesse sentido, a resultante da atividade dos atores em meio a problemas”



(CORREA, 2014, p.52). Desse ponto de vista, para além de sustar os esforços de choque de experiências entre pesquisadores e pesquisados, o isolamento social decorrente da presente pandemia permite uma incursão inédita nas mensurações e julgamentos por meio dos quais nossos pesquisados agem no mundo, uma vez que, neste exato momento em que escrevo, um sem número de indivíduos está se engajando em debates, através dos mais variados meios de comunicação e em todas as escalas de magnitude possível – da reflexão individual aos almoços de família, passando pelas interações virtuais em grupos de *WhatsApp*, e chegando até aos confrontos entre grandes partidos políticos na arena pública nacional – sobre a melhor forma de enquadrar a pandemia e de agir sob ela.

Evidentemente, uma crise *sanitária* dessas proporções permitirá, em especial, coletar dados acerca do tema da saúde pública, dos meandros da medicina popular, da relação com os especialistas, a ciência e o governo, e por isso os sociólogos da saúde devem estar com os seus sismógrafos ininterruptamente ligados; mas, dada a amplitude das medidas tomadas pelos governos dos estados brasileiros em seu combate, ela também abre um momento privilegiado de análise para todos os pesquisadores do social, independentemente de seu objeto. No meu caso particular, a sociologia do trabalho, tenho podido acompanhar, por meio da participação em grupos de *WhatsApp* dos trabalhadores que pesquiso – os comerciários –, um intenso debate acerca da necessidade de trabalhar frente ao risco de contaminação. Colegas que antes conviviam em paz acusam-se ou de “vagabundos”, por não quererem trabalhar, ou de “loucos”, por o quererem mesmo com o risco de contaminação. É possível perceber, nesses últimos, sua tensão interna ao serem remunerados sem trabalhar, algo que os diminuiria aos seus olhos. Os argumentos segundo os quais o trabalho deve ser tomado primordialmente ou como “meio de vida” ou como “justificação legítima de remuneração” podem ser vistos sendo afiados em tempo real pelos atores – obviamente sem o reducionismo inevitável do analista, como o feito aqui. Se se pretende compreender como os trabalhadores percebem e julgam o seu lugar no mundo, presenciar tal atividade é algo inestimável. Por mais críticos que sejamos da perspectiva pragmatista, é preciso reconhecer a criatividade social dos momentos de crise, que obrigam os atores a justificar suas ações e avaliações em termos outros que não os que vinham “normalmente” empregando.

A situação de pandemia é recente; a reflexão também o é. Quis aqui apenas desenvolver dois pontos sobre os quais tenho refletido a partir de meu isolamento: o aprofundamento da distância social entre pesquisadores e pesquisados, fenômeno este, em si mesmo, expressão particular da profunda desigualdade brasileira, na qual estamos todos inescapavelmente inseridos; e a afirmação da riqueza societal desta situação, que, se vista como um “momento crítico”, nos marcos da sociologia pragmatista, permite o acesso à explicitação de formas de perceber, medir e julgar o mundo de uma maneira



que não era possível até então, e que, com o retorno à “normalidade”, com toda a dose de estabilização dos julgamentos e das condutas que isso comporta, provavelmente não voltará a ser.

Referências bibliográficas

BALTAR, Ronaldo; e BALTAR, Cláudia Siqueira. A Sociologia como profissão. *In: Revista Brasileira de Sociologia*, v. 05, nº10, p. 259-289, 2017.

BOLTANSKI, Luc. *Love and justice as competences*. Cambridge: Polity Press, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

CORRÊA, Diogo Silva. Do problema do social ao social como problema: elementos para uma leitura da sociologia pragmática francesa. *In: Revista de Ciências Sociais*, nº40, p. 36-62, 2014.

_____; DIAS, Rodrigo de Castro. Crítica e os momentos críticos: De la justification e a guinada pragmática na sociologia francesa. *In: Mana*, vol. 22, nº1, p. 67-99, 2016.

LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? *In: Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, nº25, 2010.

_____. A reconfiguração da sociologia no Brasil: expansão institucional e mobilidade docente. *In: Interseções*, Rio de Janeiro, v. 21, nº1, p. 7-48, 2019.

MILLS, Charles Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

OXFAM. **A distância que nos une**. Publicado em 25 de setembro de 2017. Disponível em <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/>. Acesso realizado em 17/06/2020.

Como citar este artigo:

MAGALDI, Tiago. Sociólogos de laboratório: reflexão sobre os efeitos do isolamento social no fazer sociológico. **Áskesis**, São Carlos, SP, v.9, n. Ed.



TIAGO MAGALDI

Especial, p. 86-94, dez. 2020.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/9ee20.514>

Data de submissão do artigo: 19/06/2020

Data da decisão editorial: 17/08/2020